

EVASÃO NAS LICENCIATURAS: O CASO DA UFRN NO PERÍODO DE 2015 A 2018

Daniele da Rocha Carvalho¹
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira²

RESUMO

Um dos principais problemas das instituições de ensino superior (IES) na atualidade é a evasão de seus alunos, fenômeno que atinge tanto as IES públicas quanto as privadas. A partir dessa constatação, o presente estudo busca verificar o comportamento dos índices de evasão nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no quadriênio 2015-2018. Trata-se de um estudo de caso bibliográfico e documental, com abordagem descritiva e quantitativa. Os dados foram coletados dos bancos de dados da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e do Núcleo Permanente de Concursos (COMPERVE), e foram tabulados e analisados com o Microsoft Excel. Os resultados indicam que a evasão atinge todos os cursos de licenciatura da instituição, chegando a uma evasão de 100% em um dos cursos em 2015 e a 0% em outro curso em 2018. A análise dos índices do período indica que uma tendência de redução em praticamente todos os cursos estudados. Em números globais a redução no quadriênio aproxima-se de 55%, o que permite inferir que as políticas adotadas pela IES estão impactando positivamente na permanência de seus alunos.

Palavras-chave: Evasão, Licenciaturas, Permanência.

INTRODUÇÃO

Mudanças exigidas pelo novo mercado de trabalho, provenientes de uma nova sociedade do conhecimento e estabelecimento de novos padrões e competências, fez com que mundialmente houvesse a necessidade de uma discussão sobre transformações no sistema de ensino superior, principalmente para as economias em desenvolvimento, no caso o Brasil. (CABRAL NETO; CASTRO, 2016)

A riqueza de uma nação passou a ser considerada a informação e o saber, intensificando, com isso, a valorização e o poder da aprendizagem. O processo de globalização passou a exigir uma nova geração de trabalhadores, com maior qualificação e flexibilidade em sua formação, o que originou várias reformas na formação das pessoas, que pudessem atender a essas novas exigências. Este fenômeno contribuiu, no Brasil mais especificamente, para a massificação, atualmente conceituada como democratização do ensino

¹ Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, drc_rn@yahoo.com.br;

² Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, ridalvo16@gmail.com

superior, na qual as camadas sociais menos favorecidas e com menor tradição familiar tivessem acesso a esse nível de educação. (CABRAL NETO; CASTRO, 2008)

Analisando o cenário do ensino superior brasileiro, de 1980 a 2016, é notória a ampliação das vagas e o crescimento no número de instituições. Para ilustrar, se pode citar que em 1980 existiam 1.377.286 estudantes matriculados nos cursos de graduação e, em 2016, esse número aumentou para 8.048.701, representando um crescimento de cerca de 480%. Esses estudantes estão distribuídos 34.366 cursos de graduação, oferecidos por 2.407 instituições de ensino superior (IES), das quais 87,7% são privadas e 12,3% são públicas, segundo o Censo da Educação Superior de 2016, o que demonstra que o ensino superior brasileiro assumiu um perfil mais massificado, ou menos elitizado.

Além dessas mudanças, também ocorreram modificações progressivas no perfil do aluno universitário. Em estudo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) se constatou que: a população negra aumentou sua participação no número de matrículas, em função das cotas; 81,47% da população universitária investigada no estudo sobrevivem com até um salário mínimo; e 2 de cada 3 estudantes se encaixam no perfil de vulnerabilidade traçado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). (FONAPRACE, 2018)

Para Coulon (2017, p. 1241) esses novos públicos “chegaram à universidade com origens sociais extremamente diferente do que se tinha habitualmente. Nem sempre esses estudantes tinham o nível requisitado e um certo número de hábitos culturais e sociais que não lhes facilitavam a entrada nesse meio universitário”. O autor também afirma que essa democratização não veio aliada a uma democratização do saber, o que fez com que muitos estudantes fracassassem em seu primeiro ano de faculdade, trazendo agora uma nova realidade e preocupação, o problema não era mais a entrada, e sim a permanência dos alunos para a conclusão do curso.

Dessa forma, dois foram os problemas mais relevantes derivados dessas mudanças: aumento da evasão e redução da taxa de conclusão de curso, ou seja, um prolongamento na permanência do curso.

Várias políticas públicas foram implantadas com intuito de democratizar e diversificar o acesso ao ensino superior, das quais cabe destacar o criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que se utiliza do desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para selecionar aqueles que irão ocupar as vagas nos cursos de graduação de várias IES brasileiras. Concomitantemente, também ocorreu a implantação de políticas que buscassem reduzir o fenômeno da evasão, dentre as quais está o Programa do Governo

Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi a sétima IFES a aderir ao REUNI, conforme cita Oliveira (2011), no primeiro semestre de 2008, mas permaneceu utilizando seu vestibular como forma de acesso até o ano de 2013, quando passou a utilizar o ENEM/SiSU para o preenchimento de vagas em seus cursos de graduação.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil – ANDIFES (2018), assim como Alves *et al* (2017), entende que o REUNI acentuou o índice de evasão; por outro lado, autores como, por exemplo, Chaves (2016), entendem que o problema da evasão reside em questões socioeconômicas dos estudantes.

Porém, Gilioli (2016), ao analisar os aspectos que influenciaram a evasão em IFES brasileiras, constatou que esse fenômeno é multifatorial em suas causas, e que o SiSU não pode ser responsabilizado como fator determinante na elevação dos índices de evasão.

Nesse contexto, essa pesquisa busca verificar o comportamento da evasão na UFRN no período de 2015 a 2018, buscando identificar áreas críticas para esse fenômeno nos cursos oferecidos pela instituição.

O PROBLEMA DA EVASÃO

Ao longo da história da educação superior brasileira, várias mudanças ocorreram para atender às demandas política e econômica do país.

Historicamente, as universidades brasileiras se configuraram a partir da década de 1930, fortalecendo-se nos anos de 1960, inicialmente com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1961). Foi nesse período que, também, deu-se início a uma tentativa de transformação da educação, passando de um sistema elitizado para um sistema massificado. Em 1968 ocorreu a reforma universitária, principalmente pela ampliação na quantidade de IES. Entre os anos de 1968 e 2000, o sistema foi marcado por um período de estabilidade, ressaltando uma crescente autonomia das universidades, mas ainda assim, o sistema era considerado como sendo voltado para uma educação de elite. Já na primeira década do século XXI, ocorreu uma nova configuração a partir da expansão na rede pública (vagas e diversificação dos cursos) e mudança nos processos seletivos. (NUNES, 2007; BEZERRA; ARAÚJO, 2016; GILIOLI, 2016)

Nessa nova configuração, no ano de 2001, foi elaborado o Plano Nacional de Educação – PNE (2001/2010), que apresentava, entre outras metas, o aumento de investimentos na educação básica e superior.

Várias foram as políticas públicas que iriam dar suporte a essa nova configuração. Dentre essas políticas de expansão e diversificação do ensino se destacam programas como: o REUNI, a remodelação e ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a ampliação do Programa Universidade para todos (PROUNI) e a lei de cotas, sancionada em 2012. (RIGO, 2016)

Com o REUNI, diversas metas foram alcançadas pelas IFES, dentre elas, o aumento no número de vagas, a criação de novos cursos e interiorização dos *campi*. Vale salientar, também, que houve mudanças na estrutura dos processos seletivos para o ingresso nessas IFES. O ENEM, criado na década de 1990 para avaliar a qualidade do ensino médio, assumiu um novo papel, sendo adotado como instrumento para acesso ao ensino superior por meio do SiSU.

Esse processo de democratização do ensino superior veio como uma forma de proporcionar o acesso das classes populares a esse nível de ensino. Porém, vários são os estudos que comprovam que esse processo permitiu o aumento de vagas nas IES, a criação de novos cursos, e o aumento de matrículas, mas não na mesma proporção. Por outro lado, também trouxe um grave problema: o aumento da evasão, já que o SiSU possibilita o ingresso, mas não assegura a permanência dessa classe social no meio universitário.

Apesar da oferta de vagas nas IES ter aumentado consideravelmente, em função dessas políticas de democratização, para Polydoro (2000) esse crescimento elevou o número de matrículas, resolvendo, em parte, as questões sociais (inclusão); porém, Alves *et al* (2017) chamam a atenção para o fato de que esse crescimento das vagas trouxe também um aumento da evasão, principalmente nas instituições privadas.

Ainda segundo Alves *et al* (2017), a ANDIFES se pronunciou sobre a evasão, reconhecendo que a mesma tem se acentuado após a implantação do SiSU, principalmente pela possibilidade da escolha aleatória do curso por parte do aluno em função da sua nota no ENEM, mas ressalta que ainda não se conhece as causas que justifiquem essa elevação.

Chaves (2016) também admite que houve aumento no índice de evasão, mas motivado principalmente por questões socioeconômicas do alunado, gerando um retrocesso na conquista da ampliação de acesso ao ensino superior.

Para Gemaque e Souza (2016, p. 85-86), a evasão dos alunos de graduação do ensino superior nas instituições públicas federais se torna uma problemática cada dia maior, pois sem os discentes, as IFES não cumprem sua missão e agravam o problema financeiro que atualmente enfrentam.

Em 16 de março de 2018, a ANDIFES discutiu com pró-reitores e especialistas, no seminário “Eficiência e Qualidade na Ocupação das Vagas Discentes nas Universidades Federais”, sobre a ocupação de vagas não preenchidas nos processos seletivos das IFES. Nesse mesmo evento, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentou uma análise sobre a evasão, destacando suas principais causas. O presidente do FONAPRACE ressaltou que muitos são os desafios, mas que existem muitas outras medidas, em termos institucionais, como a dinamização do universo em sala de aula, que poderiam minimizar esse problema e “reverter gargalos”. (ANDIFES, 2018)

A seguir são apresentados alguns estudos que identificam os fatores da evasão e permanência nas IES brasileiras.

Silva Filho *et al* (2007) destacam dois tipos de evasão: a “evasão anual média”, que mede a porcentagem dos alunos matriculados em um curso ou instituição, que no ano seguinte não se matriculam; e a “evasão total”, que apresenta o número de alunos matriculados que não concluíram o curso, após o seu período de oferecimento regular. Outros fatores são destacados pelos autores, como as reprovações e a tendência da taxa de evasão serem cerca de duas ou três vezes superiores no primeiro ano de curso, do que nos demais anos, questão que merece uma reflexão mais aprofundada.

Segundo Baggi e Lopes (2011), a evasão é um fenômeno social complexo, que traz consigo vários motivos, desde a falta de recursos financeiros, até as questões acadêmicas, como ausência de capital cultural dos alunos ingressantes nos cursos superiores ao longo de sua trajetória de vida, e expectativas destes alunos em relação ao curso ou à instituição.

Segundo Silva Filho *et al* (2007, p. 642), “as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno”.

Nagai e Cardoso (2017) acrescentam que essa evasão também traz consequências pessoais, como o sentimento de frustração, fracasso, incapacidade intelectual, entre outras. Além disso, defendem que, em relação aos aspectos econômicos, o estudante que se evade no ensino superior, tem mais dificuldade de entrar ou adquirir melhor posição no mercado de trabalho. Tal realidade também foi constatada em um estudo da União Europeia, coordenado por Noorani (2015), que aponta que os alunos que se evadem têm menores salários.

No âmbito social, Tinto (2004) apud Nagai e Cardoso (2017), afirma que as pessoas com nível superior tendem a contribuir com o desenvolvimento da sociedade, por exemplo, nos serviços comunitários, utilizam menos serviços públicos e cometem menos crimes.

O Censo da Educação Superior de 2015, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), evidencia um crescimento desordenado na taxa de desistência do curso de ingresso pelos estudantes entre 2010 e 2014, passando de 11,4% para 49% (MEC, 2017). Segundo o MEC, essa taxa revela uma fragilidade no ensino médio, denotando que o mesmo necessita de uma reforma.

Bezerra e Araújo (2016), com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas nos processos seletivos em instituições públicas nos anos 2000, e seus impactos sobre a democratização do acesso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), concluíram que o SiSU promoveu o crescimento no número de vagas oferecidas aos ingressantes, porém, observaram que também houve crescimento na quantidade de vagas ociosas. Os autores alertam que, apesar da democratização, proveniente das políticas públicas, ainda permanecem as desigualdades escolares, provocando hierarquização entre os cursos e problemas de evasão.

Gilioli (2016), ao analisar os aspectos que influenciaram a evasão dos discentes em IFES brasileiras, a partir da compreensão da expansão de vagas promovidas pela adoção do REUNI e a implementação do SiSU, constatou que há diversidade no comportamento da evasão, por curso e por perfil do alunado. Também verificou que a incidência de evadidos varia conforme a etapa do curso.

Por sua vez, Barros (2014) apud Gonçalves, Sousa e Souza (2017, p. 747) discorda de Gilioli (2016), ao afirmar que

o SiSU provoca o aumento da evasão, o que significa que há mais abandono de cursos, que pode se dar pela inexperiência dos candidatos, que escolhem um curso sem saber se é o que realmente aspiram futuramente, ou até mesmo devido a um baixo desempenho no ensino médio, que pode acarretar um menor desempenho também nas IES.

Vitelli e Fritsch (2016, p. 912) relatam que vários foram os avanços na compreensão dos motivos de evasão, porém identificaram lacunas que:

conceituam, definem e apresentam **resultados de evasão sem uma explicitação mais detalhada dos seus significados**, assim como do processo de tomada de decisão para a composição do conjunto de variáveis presentes nas fórmulas de cálculo. (grifo nosso)

Também sinalizam que a evasão passa a ser um indicador de desempenho da instituição e dos sistemas de ensino, e ressaltam que vários são os estudos que trazem como

relevante a constituição desses indicadores, pois expressam “resultados, características ou desempenho de uma ação, de um processo ou de um serviço, podendo assumir uma função diagnóstica”. (VITELLI; FRITSCH, 2016, p. 912)

Os indicadores, principalmente os sociais, passaram a integrar os interesses dos agentes políticos, pois trazem consigo uma forma de avaliar e definir prioridades das políticas sociais e de alocação de recursos. Muitos são os fatores que contribuíram para a difusão desses indicadores sociais, sendo um deles a pressão popular por maior transparência e efetividade social dos gastos públicos. O indicador social, é uma medida dotada de significado substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou pragmático. (JANNUZI, 2017)

A partir dos estudos citados, entende-se que tanto o conhecimento do indicador de evasão, quanto o perfil e a trajetória dos alunos que se evadem, bem como daqueles que permanecem no sistema, podem contribuir para identificar causas e propor melhoria nas ações da IES quanto à permanência dos alunos em seus cursos.

Nesse sentido, Montiel (2015) buscou identificar os impactos de uma reforma educativa nas trajetórias escolares dos estudantes de licenciatura em Psicologia da Universidade Veracruzana, já que nesse período as políticas públicas priorizaram a elevação da qualidade e equidade da educação, a regulação do crescimento do sistema e a avaliação do desempenho das instituições.

O autor reafirma a utilidade do uso da trajetória escolar como de caráter instrumental, já que a partir dela foi possível destacar questões sobre afirmações infundadas sobre as políticas públicas, e conclui que os alunos que possuíam baixo capital intelectual ao ingressar na universidade, desenvolveram uma trajetória escolar consideravelmente alta, pois os estudantes fizeram uma leitura do ambiente universitário, apropriaram-se das regras e colocaram as suas habilidades, conhecimentos e atitudes para se aliar ao sucesso escolar. Já aqueles que possuíam um grau elevado de capital cultural se perderam quando tiveram que trabalhar com um currículo que requeria deles tomada de decisão autônoma, e acabaram tendo dificuldades e desenvolvendo uma trajetória considerada baixa na universidade. O autor reafirma que, ao investigar as experiências, motivações e interesses desses alunos ingressantes no status universitário, haveria grandes possibilidades das instituições desenvolverem estratégias para sua permanência.

Nogueira e Fortes (2004, p. 57) discutem sobre a importância dos estudos sobre a trajetória escolar no âmbito da sociologia da educação contemporânea, desde a década de 1950 tendo como ponto central as desigualdades educacionais. Esses estudos evidenciam forte

“influência das variáveis socioeconômicas e socioculturais no processo de escolarização ou, mais precisamente, na constituição de percursos escolares caracterizados pelos sucessos e fracassos”. Até o final dos anos de 1970 os estudos sobre trajetória eram puramente estatísticos, e só a partir da década de 1980 é inserido um teor qualitativo nessas pesquisas, trazendo preocupações macrossociais. Com o passar do tempo, foram surgindo pesquisas com teor microssociológico, que tentam compreender como os sujeitos lidam com as múltiplas influências sociais para construção das suas trajetórias escolares diferenciadas.

Pesquisas já mostram que alunos que possuem capital intelectual mais baixo, tendem a escolher cursos menos prestigiados, mesmo não sendo o curso de sua preferência, mas acaba sendo uma oportunidade de se inserir no ambiente universitário.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, conforme a tipologia proposta por Beuren (2003), tem o seguinte enquadramento metodológico: descritiva quanto aos objetivos; estudo de caso, documental e bibliográfica quanto aos procedimentos; e quantitativa quanto à abordagem do problema.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois visa apenas levantar os quantitativos relacionados à evasão por curso na UFRN, sem investigar os motivos que levaram os alunos a se evadirem.

Quanto aos procedimentos é um estudo de caso desenvolvido na UFRN e seus resultados não podem gerar inferências para outras IES. Também se classifica como bibliográfica, devido à revisão da literatura realizada para fundamentar o trabalho, e documental por ter utilizado os bancos de dados e relatórios da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e do Núcleo Permanente de Concursos (COMPERVE) da UFRN como fontes de coleta de dados.

Por fim, a abordagem do problema é do tipo quantitativa, por explorar estatisticamente os dados da evasão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UFRN, por meio do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), instituiu o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação, no qual estão classificadas as formas de evasão, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Formas de evasão na UFRN

FORMAS	DESCRIÇÃO
I – abandono de curso	Não efetivação de matrícula ou nenhuma integralização de carga horária, gerada pelo trancamento de matrícula e/ou reprovação em todos os componentes curriculares
II – decurso de prazo máximo para conclusão do curso	Não conseguiu integralizar a grade curricular, no período de tempo máximo estipulado pelo projeto pedagógico do curso. § 1o O decurso de prazo máximo é caracterizado após o término do último período letivo regular que corresponde à duração máxima para integralização curricular, admitindo-se que o estudante conclua o período letivo especial de férias imediatamente subsequente, caso esteja matriculado.
III – insuficiência de desempenho acadêmico	Desempenho acadêmico considerado insuficiente para a conclusão do curso. Insucesso pela quarta vez ou mais, consecutiva ou não, em um mesmo componente curricular obrigatório ou seus equivalentes. Integralização de menos da metade da carga horária total da estrutura curricular na duração padrão prevista para o curso.
IV – solicitação espontânea	O estudante pode solicitar o cancelamento do curso, de forma espontânea, porém de caráter irrevogável.
V – transferência para outra IES	Por se tratar de um item autoexplicativo, a resolução não traz nenhum conceito.
VI – não regularização de transferência de outra IES para a UFRN	O cancelamento do vínculo do aluno com a instituição se dará caso o estudante, que veio transferido de outra instituição, de forma voluntária ou compulsória, não apresentar a documentação da transferência no prazo máximo estipulado pela UFRN.
VII – efetivação de novo cadastro	Quando há efetivação de novo cadastro (seja em novo curso ou no mesmo curso), por parte do estudante, automaticamente o seu vínculo anterior será cancelado. (art. 331)
VIII – decisão administrativa	Tem o seu vínculo cancelado, de forma administrativa, aquele estudante que sofre penalidades prevista no Regulamento Geral da UFRN. (art. 332)
IX – falecimento do estudante	Por se tratar de um item autoexplicativo, a resolução não traz nenhum conceito.

Fonte: UFRN (2013)

O objeto de estudo dessa pesquisa foi delimitado como sendo a evasão nos cursos de licenciatura da UFRN. A licenciatura é o grau universitário que dá direito de exercer o magistério do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio. Na UFRN são ofertados os cursos de licenciatura listados no Quadro 2.

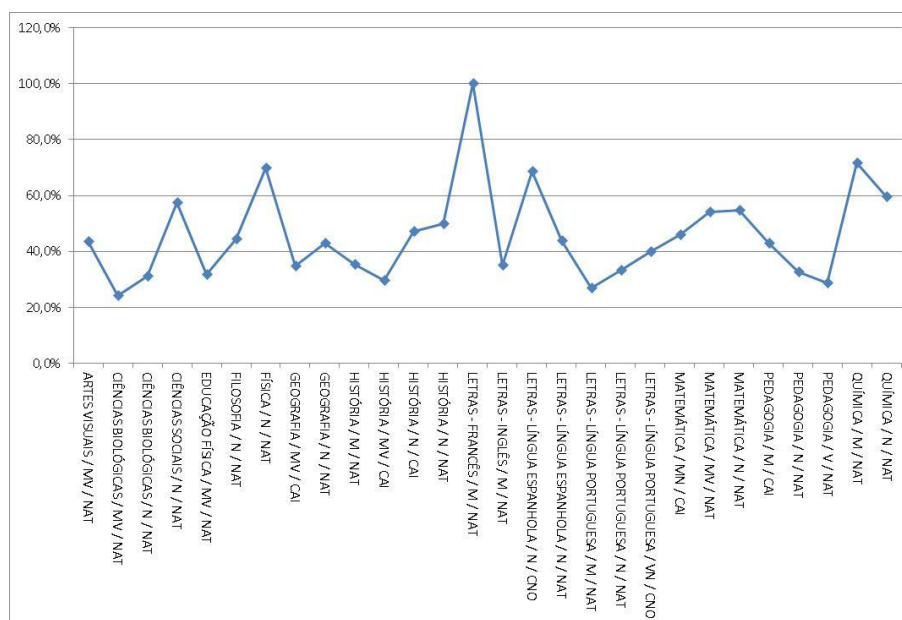
Quadro 2 – Cursos de licenciatura ofertados pela UFRN

CIDADES	CURSO
NATAL	ARTES VISUAIS
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
	CIÊNCIAS SOCIAIS
	EDUCAÇÃO FÍSICA
	FILOSOFIA
	FÍSICA
	GEOGRAFIA
	HISTÓRIA
	LETRAS (FRANCÊS / INGLÊS / ESPANHOL / PORTUGUÊS)
	MATEMÁTICA
	PEDAGOGIA
	QUÍMICA
CAICÓ	GEOGRAFIA
	HISTÓRIA
	MATEMÁTICA
	PEDAGOGIA
CURRAIS NOVOS	LETRAS (ESPANHOL / PORTUGUÊS)

Fonte: UFRN (2013)

A série histórica analisada se inicia no ano de 2015 e os resultados estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evasão nas licenciaturas da UFRN no ano de 2015

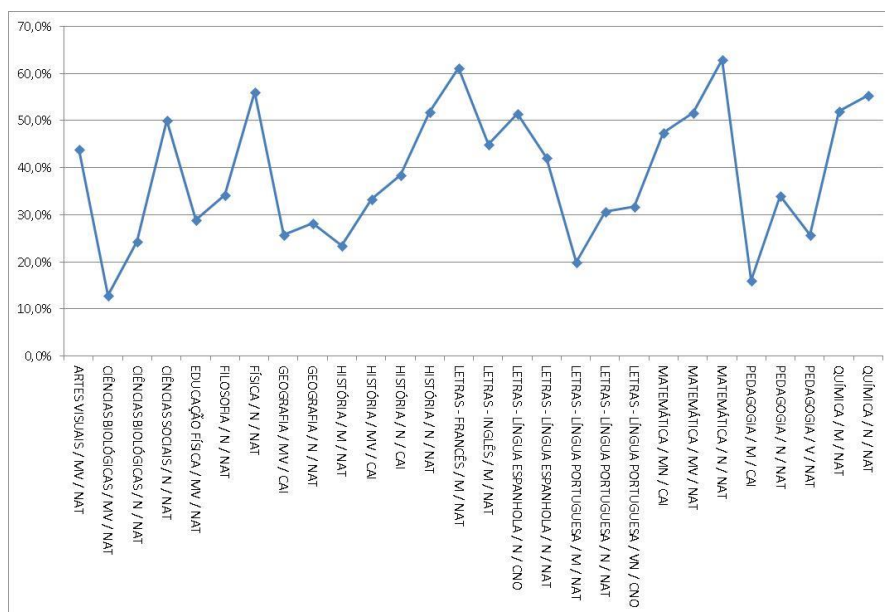


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Como aponta o Gráfico 1, a evasão atinge todas as licenciaturas da UFRN, com uma prevalência da faixa entre 20 e 60%. Observa-se que nenhum curso teve evasão inferior a 20%, e que apenas 5 cursos tiveram evasão acima de 60%, cabendo destacar o curso de Letras-Francês, onde a evasão foi de 100%.

O Gráfico 2 apresenta os números da evasão para os ingressantes nas licenciaturas da UFRN no ano de 2016.

Gráfico 2 – Evasão nas licenciaturas da UFRN no ano de 2016

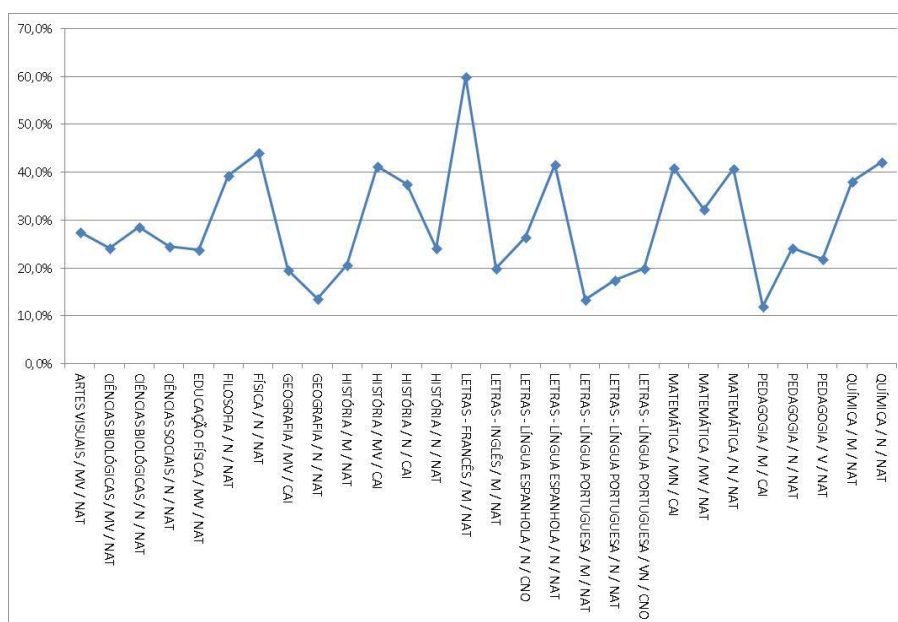


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Analisando a evasão no ano de 2016, em comparação com os números de 2015, é possível verificar uma redução significativa, com apenas 2 cursos ultrapassando o limite de 60%, e o surgimento de 2 cursos com evasão inferior a 20%.

Em 2017, a tendência de redução se confirma, conforme demonstram os resultados apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evasão nas licenciaturas da UFRN no ano de 2017

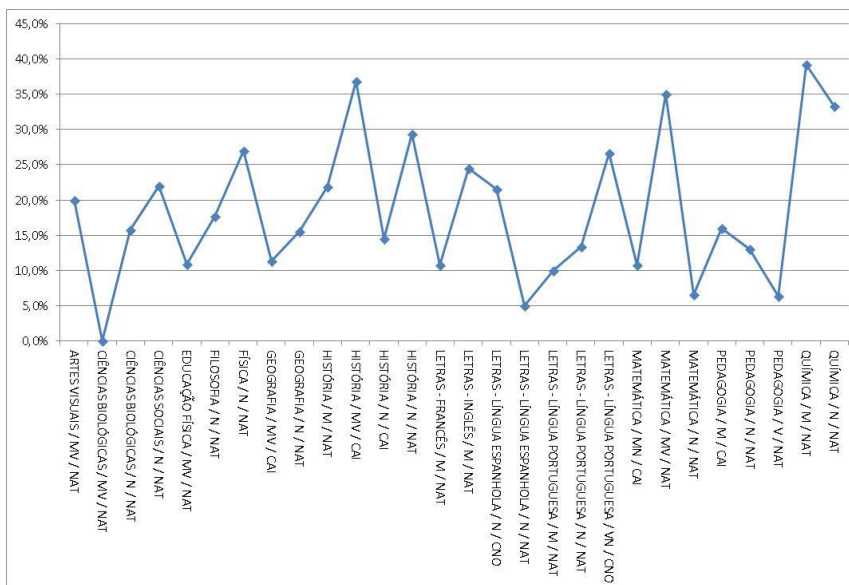


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os números de 2017 já mostram que nenhum curso teve evasão superior a 60%, e que os que apresentaram evasão inferior a 20% subiram para 5.

Por fim, o Gráfico 4 apresenta os números da evasão na UFRN para os ingressantes no ano de 2018.

Gráfico 4 – Evasão nas licenciaturas da UFRN no ano de 2018

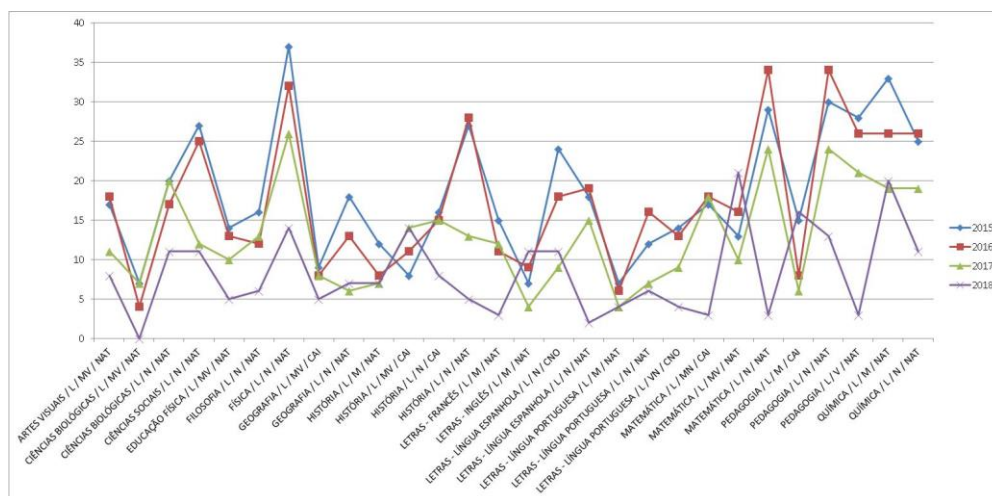


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

No ano de 2018 se verifica o melhor resultado de todo o quadriênio analisado. Nenhum curso teve índice de evasão atingiu 40%, um curso não teve nenhum aluno evadido, e 75% dos cursos tiveram taxa de evasão abaixo de 25%.

Em números absolutos, a redução verificada no período foi de 515 alunos evadidos em 2015, para 232 em 2018, o que representa uma redução de cerca de 55%. O Gráfico 5 evidencia o comportamento dos índices de evasão de cada curso analisado no período.

Gráfico 5 – Comportamento dos índices de evasão no período de 2015 a 2018



Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Como se observa no Gráfico 5, a tendência de redução de índices de evasão se apresenta quase que de maneira uniforme em cada curso, e é possível identificar que os extremos se mantêm, embora em patamares inferiores, quando comparados os índices ano a ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão no ensino superior é um fenômeno que vários estudos demonstram ter se agravado com a extinção dos vestibulares tradicionais e a consequente adesão ao SiSU pelas IES brasileiras.

A UFRN fez seu último vestibular tradicional no ano de 2012, para o ingresso em seus cursos no ano de 2013. O presente estudo analisou o comportamento dos índices de evasão nos cursos de licenciatura da UFRN no período de 2015 a 2018 e os resultados apontam que esses índices têm apresentado uma tendência de queda no período. Numa visão global das licenciaturas, o número de evadidos apresentou uma redução de quase 55% entre 2015 e 2018.

Sugere-se uma pesquisa futura para identificar as causas dessa redução, o que pode vir a confirmar o sucesso de alguma política implantada pela UFRN, que venha a ser disseminada entre outras IES.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria do Carmo Maracaja; RAMOS, Josefa Edileide Santos; BORBA, Marcelo da Costa; MOUTINHO, Lucia Maria Goés; CABRAL, Romilson Marques. Causas para Evasão no Primeiro Período dos Cursos das Engenharias Agrárias. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 9, n. 2, 2017. ISSN 2175-4217.

ANDIFES; ABRUEM; SESU/MEC. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESU/MEC pela Comissão Especial. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.l.], v. 1, n. 2, 1996. ISSN 1982-5765.

ANDIFES. **Andifes discute ocupação de vagas discentes nas Universidades Federais**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/andifes-discute-ocupacao-de-vagas-discentes-nas-universidades-federais-em-seminario-realizado-em-brasil/>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **RAIS – Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira; ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli M. Os Impactos das Mudanças nos Processos Seletivos para o Acesso aos Cursos de Graduação na UFMS. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS, 24., 2016. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016, ISSN 2446-6123.

CABRAL NETO, Antônio; RAMALHO, Betania Leite (Org.). **Política de Acesso à UFRN: estudo e proposições**. Natal: UFRN, 2004.

CHAVES, V. de S. **Evasão nos cursos de graduação em física, matemática e química da UFRN**. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Revista Educ. Pesquisa São Paulo**, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia, jul. 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em Instituições federais de ensino superior no Brasil: Expansão da rede, SISU e desafios**. Estudo técnico, maio/2016 - Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa.

GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; SOUSA, Sabrina Cássia; SOUZA, Gustavo Henrique Dias. Vestibular x SISU: uma análise das mudanças nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV/CRP. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., **Anais...** João Pessoa/PB, maio 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**: Principais Resultados. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf. Acesso em: 21 nov. 2017.

MONTIEL, Esmeralda Alarcón. *Los impactos de una reforma educativa en las trayectorias escolares de los estudiantes de la Licenciatura en Psicología de la Universidad Veracruzana*. Trayectorias escolares en educación superior. Propuesta metodológica y experiencias en México. Juan Carlos Ortega Guerrero Rocío López González Esmeralda Alarcón Montiel (Coordenadores). 2015 Universidad Veracruzana. Instituto de Investigaciones en Educación.

NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. A evasão universitária: uma análise além dos números. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 193-215, 2017. ISSN 1983-036X. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1271/1133>. Acesso em: 04 set. 2017.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; FORTES, Maria de Fátima Ansaloni. A importância dos estudos sobre trajetórias escolares na sociologia da educação contemporânea. **Paidéia**, Belo Horizonte, 2004, n. 02, p. 57-74.

NOORANI, S. (Coord.). **Combate ao abandono precoce na educação e formação na Europa**: Documento Síntese Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2015. Disponível em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0215083PTN_002.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0215083PTN_002.pdf). Acesso em: 6 set. 2017.

NÚCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS (COMPERVE). **Observatório da Vida do Estudante Universitário**. Disponível em: www.comperve.ufrn.br. Acesso em: 25 ago. 2017.

NUNES; Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018.

OLIVEIRA, Ridalvo Medeiros Alves de. **Custo social de oportunidade na trajetória de acesso ao ensino superior**: o caso dos ingressantes na UFRN nos vestibulares de 2006 a 2010. 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

POLYDORO, S. A. J. **O Trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 175f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIGO, Júlia da Silva. **Percursos de Formação de Estudantes de Licenciatura Noturna na UFV: ENEM, SISU e Evasão.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. – Viçosa, MG, 2016.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. de C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341268055_925.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019.** Natal, 2010. Disponível em: www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2010-2019-final.pdf. Acesso em: 28 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de reestruturação e expansão (REUNI/UFRN): Relatório 2008-2012.** Jun. 2013. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20141271664c952208371cda6c667711b/RELATORIO_REUNI_UFRN_2008-20121.pdf. Acesso em: 09 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-reitoria de Planejamento. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016.** 2017. Disponível em: <http://www.ufrn.br/resources/documentos/relatoriodegestao/RelatoriodeGestao2016.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 171 – CONSEPE, de 5 de novembro de 2013.** Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=3374345&key=ea974bce25214a50565863e312d5cc19>. Acesso em: 4 jul. 2018.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional.** São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908-937, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v27i66.4009>. Acesso em: 11 set. 2017.